

# Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica

*Not Just Blue and Pink: Sexual and Gender Diversity in Professional and Technological Education*

**Recebido:** 13/11/0021 | **Revisado:** 21/11/2021 | **Aceito:** 21/11/2021 | **Publicado:** 21/12/2021

**Robelania dos Santos Gemaque**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4243-7927>  
Secretaria de Educação do Pará, Brasil  
E-mail: [robelania\\_gemaque@hotmail.com](mailto:robelania_gemaque@hotmail.com)

**Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4678-2779>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Brasil  
E-mail: [natibarroos1@yahoo.com.br](mailto:natibarroos1@yahoo.com.br)

**Jaqueline Gomes de Jesus**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2459-0135>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, Brasil  
E-mail: [jaqueline.jesus@ifrj.edu.br](mailto:jaqueline.jesus@ifrj.edu.br)

**Como citar:** GEMAQUE, R. dos S.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; JESUS, J. G. de; Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e13516, dez. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Resumo

O acesso e a permanência de discentes e trabalhadores da educação fora dos modelos heteronormativos e cisnormativos são preocupações cada vez mais presentes na Educação Profissional e Tecnológica. O presente artigo propõe uma análise contextualizada, a partir de estudo realizado na Escola Estadual Tecnológica Professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo EETEPA-CACAU-ICOARACI, que teve como objetivo construir uma prática educativa sobre Gênero e Sexualidade no Ensino Médio Integrado. Conclui-se que a importância dada a Gênero e Sexualidade não é necessariamente acompanhada de práticas que rompem silenciamentos ou tentativas de homogeneizar diferentes identidades de gênero e orientações sexuais no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Práticas educativas; gênero e sexualidade; educação profissional e tecnológica; heteronormatividade; cisnormatividade.

## Abstract

The access and permanence of students and education workers out of heteronormative and cisnormative models are concerns increasingly present in Professional and Technological Education. This article proposes a contextualized analysis, based on a study carried out in Professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo EETEPA-CACAU-ICOARACI State School, which aimed to build an educational practice on Gender and Sexuality in Integrated High School. It is concluded that the importance given narratively to Gender and Sexuality is not accompanied by practices that not only make this diversity visible, but also break silencing or trials to homogenize different gender identities and sexual orientations in everyday school life.

**Keywords:** Educational practices; gender and sexuality; diversity; professional and technological education; heteronormativity; cisnormativity.

## 1 INTRODUÇÃO

Um enfrentamento mais efetivo contra a discriminação demanda ações educacionais que necessariamente perpassam os diferentes ambientes de aprendizagem, reconhecendo a pluralidade de atores sociais e grupos envolvidos, entremeados em relações interpessoais e intergrupais, explícitas ou implícitas, de dominação social que compõem a própria diversidade (JESUS, 2013).

Estudos relativos aos temas do desenvolvimento humano no mundo contemporâneo, pautado por uma globalização extremamente desigual, têm-se preocupado com a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, considerando como a diversidade desses sujeitos tem sido tratada (AMARO, 2016).

Investigações acerca de gênero, sexualidade e educação (LOURO, 1997; 2001; 2007); (LIONÇO & DINIZ, 2009); (ROSATO & OLIVEIRA, 2011); (BICALHO & COLS., 2014); (ARAUJO, 2016); (MACIEL & GARCIA, 2018); (SEPULVEDA & AMARO, 2018); gênero, raça e sexualidade (MARTINS & VERAS, 2020); gênero, raça e educação (OLIVEIRA, 2017; ODARA, 2020); e gênero, sexualidade e trabalho (LIMA NETO, CAVALCANTI & GLEYSE, 2018); sugerem que há um anseio pelo aprofundamento das análises que articulam esses eixos temáticos, a fim de refletir os efeitos das pedagogias que buscam a intervenção crítica das relações de gênero e sexualidade, no ensino e no cotidiano escolar.

Enquanto professoras que partem de uma perspectiva inclusiva, as autoras deste artigo se posicionam criticamente, no cotidiano, diante de incômodos eventualmente observados, principalmente entre colegas trabalhadores da educação, com a livre expressão de afetos e vivência das identidades de gênero de estudantes LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e demais identidades de gênero e orientações sexuais não-hegemônicas), decorrentes da LGBTIfobia (JESUS, 2015; 2020).

A percepção de que a heteronormatividade e a cisnormatividade regulam as vivências e os comportamentos nos espaços educacionais (GASPODINI & JESUS, 2020), e a inquietação e o “desajustamento” revelados nos gestos, olhares atravessados e discursos, de professores e técnicos, suscitaram os seguintes questionamentos:

Em que medida a escola contribui para reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no cotidiano escolar?

Quais componentes curriculares discutem o tema na sala de aula?

A escola promove discussões que possibilite a valorização e o reconhecimento de estudantes LGBTI+?

Como a escola promove a formação de estudantes LGBTI+ tendo em vista a inserção com qualidade no mundo do trabalho?

A aliança fundamentalista entre política e religião, projeto de poder que obedece a uma moral cristã orientada pela leitura de preceitos bíblicos por parte das lideranças religiosas, principalmente neopentecostais (DIP, 2018) ascendeu ao Poder Executivo Federal na forma de um governo explicitamente alinhado a forças ultraconservadoras que se utiliza de discursos de defesa de um modelo único de

família brasileira, a qual, determinando regras sobre corpos generificados como masculinos e femininos, limitados ao espectro do “azul para meninos e rosa para meninas”, atribuindo a homens, enquanto provedores, e a mulheres, enquanto cuidadoras submissas, a função de reprodução da espécie, além de marginalizar outras formas de ser e se relacionar que não atendam a esse viés ideológico.

É nesse contexto que pesquisadores, ativistas sociais, professores, desenvolvem arduamente suas produções acadêmicas, científicas e atividades pedagógicas, sob vigilância e ameaça de setores ligados às igrejas e demais instituições políticas e sociais ultraconservadoras. Dentre as preocupações do atual governo brasileiro com a educação se encontram as discussões sobre gênero e sexualidade na sala de aula, compreendida por este setor dentro da fantasmagoria representada pela falácia da “ideologia de gênero” (REIS & EGGERT, 2017).

Dessa forma, existe forte pressão dentro dos espaços de decisão e de poder, em todas as esferas (municipal, estadual, federal), para que o estado atue interferindo nas publicações científicas e acadêmicas, peças de teatro, exposições culturais, produção de filmes, apontando quais temas possuem, de acordo com a ideologia defendida pelo governo, legitimidade para receber financiamento público<sup>1</sup>, para suas realizações, numa perspectiva evidente de regulação dos comportamentos, corpos e sexualidade dos sujeitos. Frigotto (2017, p. 18), destaca o sentido ideológico do momento atual da educação no Brasil no contexto de um projeto denominado “escola sem partido”:

Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

O artigo defende que práticas educativas sobre gênero e sexualidade na educação profissional, aliadas a força política dos movimentos sociais, no caso desse estudo o movimento LGBTI+, possui o potencial para constituir-se em resistência à projetos societários que não reconhecem a diversidade cultural, sexual e de gênero, e pretendem impor a todos a lógica homogeneizante cultural e mercadológica, tendo em vista um projeto de educação e sociedade.

## 2 GÊNERO, SEXUALIDADE E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

---

1 Censura de Bolsonaro à cultura afeta os negros, as mulheres e os LGBTs. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/censura-de-bolsonaro-a-cultura-afeta-os-negros-as-mulheres-e-os-lgbts>. Acessado em: 08/11/2019.

Formação integrada é um termo que “participa de um e de outro movimento da sociedade, através daqueles que tem o poder de gerar novos fatos ou de gerar novos discursos” CIAVATTA (2008, p. 1). Em qualquer dos termos, formação integrada ou ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se pretende é que educação geral e educação profissional, sejam componentes indissociáveis “em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior” CIAVATTA (2008, p. 2).

Araújo & Frigotto (2015), referem-se a ensino integrado<sup>2</sup> não apenas como uma modalidade de oferta da educação profissional de nível médio, conforme descreve o art.4 o par. 1o., Inc. I decreto 5154/2004:

é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 62).

É com base nestas proposições pedagógicas, comprometidas com a transformação da realidade social, que desenvolvemos a prática educativa sobre gênero e sexualidade no ensino médio integrado, fundada em um engajamento consciente, integrando teoria e prática à luz da proposta didático pedagógica desenvolvida Muenchen & Delizoicov (2012, p. 200), conhecida como Três Momentos Pedagógicos – 3MP – problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento que a intervenção pedagógica, objeto de reflexão deste artigo se insere.

## 2.1 EPT E POPULAÇÃO LGBTI+

Frigotto, Ciavata & Ramos (2005) apontam a política de formação profissional como herdeira histórica da cultura “dos coronéis e bacharéis”, de forte estigma escravocrata e de uma perspectiva filantrópica de educação profissional. O ensino médio integrado, enquanto modalidade da educação profissional, carrega na sua concepção o desafio de superar a dualidade estrutural herdada desta antiga concepção de educação (CIAVATA; RAMOS, 2011).

Na perspectiva da autonomia e emancipação humana, o ensino médio integrado, fundamenta-se teórico e metodologicamente em uma concepção de formação omnilateral, politécnica ou integral, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, e na escola unitária de Gramsci (MOURA, 2013).

---

2 Araújo & Frigotto (2015) utilizam a expressão “ensino integrado”, em vez de “ensino médio integrado”, por considerarem que as discussões e indicações que propõem servem para compreendermos melhor não apenas o ensino médio ou a educação profissional técnica, mas também toda a educação básica assim como a formação humana em geral.

Na perspectiva de contribuir para a superação das dualidades estruturais, fundada numa condição de classe, buscamos articular outras dimensões da vida dos estudantes do ensino médio integrado ao ensino técnico, as categorias de gênero e orientação sexual, como importantes componentes para pensarmos a formação humana integral dos estudantes da educação profissional na contemporaneidade, como denotam Lionço e Diniz (2009), Bicalho e Cols. (2014) e Sepulveda e Amaro (2018), supracitados, no que concerne particularmente às particularidades e demandas da população LGBTI+, face à homofobia e à transfobia.

Cavalcanti (2018) insere esta dimensão da vida dos estudantes discutindo além da pauta identitária, a profissionalização de sujeitos LGBT na educação profissional e tecnológica através do festival denominado Festival Bixa (R) existe no IFPA campus Belém em 2016 e 2017.

O festival lançou luz sobre um contexto educacional historicamente marcado pela presença masculina e o tema trabalho pautou os temas da aceitação, família e preconceito, em seus termos, com “as bixas afeminadas” e “como lidar com isso no dia a dia”, como lutar e resistir dentro da instituição.

As reações negativas por parte de alguns estudantes e docentes, inclusive com bloqueio de páginas no Facebook e expressões homofóbicas nas redes sociais, e o significado supostamente de entretenimento assumido por algumas pessoas do campus Belém em relação à edição 2016 do Festival Bixa (R) existe, refletem discursos, ideias, preconceitos que sorrateiramente transitam nos planejamentos curriculares e no cotidiano educacional.

O exercício de construção da prática educativa sobre gênero e sexualidade na Escola Estadual Tecnológica do Pará Francisco das Chagas Azevedo – EETEPA, localizada no Distrito de ICOARACI, em Belém do Pará, objetiva a inserção da dimensão afetiva de maneira crítica, no processo de ensino-aprendizagem, como componente do sentido ontológico do trabalho e pensar o trabalho como:

processo inerente da formação e da realização humana, não é somente a prática econômica de se ganhar a vida vendendo a força de trabalho; antes de o trabalho ser isto – forma específica que se configura na sociedade capitalista – o trabalho é a ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade. Nesse sentido, trabalho não é emprego, não é ação econômica específica. Trabalho é produção, criação, realização humanas (RAMOS, 2008, p. 3).

A partir da reflexão sobre a experiência da Rede Federal de Educação, a prática educativa sobre gênero e sexualidade, construída com os estudantes da turma do curso de design integrado na EETEPA-ICOARACI, amplia as possibilidades para debater o tema no contexto na Rede Estadual de Educação.

### 3 METODOLOGIA

Adotamos procedimentos de natureza qualitativa ancorada na pesquisa narrativa, compreendida como “relatos interpretativos desenvolvidos por um investigador, baseados em entrevista e observação de trabalho de campo” Zaccareli & Godoy (2013 p.27), e pesquisa participante conforme Haguette (2010, p.141), enquanto um “processo que envolve investigação, educação e ação”, na construção da prática educativa.

Participaram da pesquisa dez estudantes identificados como E1 a E10 do Curso Técnico Design de Interiores na modalidade integrado, dois gestores, e os dois professores do eixo profissional, identificado como P1 a P4. O critério de seleção do curso fundamentou-se no conhecimento de técnicas de desenho necessárias ao desenvolvimento do produto educacional.

Os participantes (E1 a E10), responderam a dois formulários de pesquisa: o primeiro foi um formulário de inscrição, aplicado no início do trabalho de campo em agosto de 2019, com o objetivo de apreender o interesse dos estudantes em participarem da prática educativa; o segundo foi um formulário de avaliação, aplicado em fevereiro do mesmo ano, e teve como objetivo apreender o significado da participação desses sujeitos no desenvolvimento da atividade.

Os professores participantes (P2 e P3), do eixo profissional, e um gestor (P1) responderam a um questionário com perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de apreender o significado do desenvolvimento de práticas educativas sobre gênero e sexualidade no ensino médio integrado, na perspectiva dos professores e gestores, bem como a inserção desses sujeitos no desenvolvimento práticas pedagógicas sobre os temas focalizados.

A entrevista semiestruturada foi agendada e realizada com o diretor da escola, identificado no artigo como P4, em abril de 2019. O roteiro da entrevista teve como principais analisadores a presença/ausência de atividades sobre gênero e sexualidade no ensino médio integrado; discriminação, preconceito e homofobia por conta da orientação sexual e/ou identidade de gênero; inserção de estudantes LGBTI+ no mundo do trabalho.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tratados como fenômenos discursivos e culturais, gênero e sexualidade transitam na fronteira dos projetos societários em disputa, e assim se inserem nos projetos educacionais. Lima Neto; Cavalcanti & Gleyze (2018), identificaram e analisaram 324 publicações entre dissertações de mestrado e artigos acadêmicos e científicos, dentre eles, apenas 9 trabalhos enveredaram pelo tema gênero.

Para os autores, esta inexpressividade numérica das pesquisas que articulam trabalho e gênero impressiona, e torna-se mais significativa ao considerar que no recorte entre 2008 e 2017 nenhum trabalho sequer aludir à sexualidade ou à orientação sexual, reforçando ainda mais a existência da lacuna por eles apontada.

A atualização do estado da arte no catálogo de dissertações e teses da plataforma CAPES no domínio epistêmico da Educação Profissional e tecnológica no ano de 2019, corrobora com as inferências de Lima Neto; Cavalcanti & Gleyze (2018). Utilizando a combinação de palavras chaves, gênero e educação profissional e tecnológica e sexualidade e educação profissional e tecnológica, no levantamento realizado, obtivemos um total de 8198 dissertações do tipo mestrados profissionais de acordo com a classificação da plataforma CAPES.

Deste quantitativo, 208 dissertações concentram-se na área de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, destas, apenas 06 (seis) trabalhos discorrem sobre o tema gênero e educação profissional ou sexualidade e educação profissional<sup>3</sup>.

Este resultado encontra relação com os dados obtidos através dos formulários, a entrevista e rodas de conversa realizadas durante o trabalho de campo que aponta para o silenciamento das abordagens sobre gênero e sexualidade, na trajetória escolar dos estudantes, e o ocultamento do assunto também no projeto político e pedagógico e no Plano do curso Design de interiores. Junqueira (2013), adverte para o papel central que a vigilância das normas de gênero cumpre na efetivação do que denomina de pedagogia do armário:

Constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, deslegitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão (JUNQUEIRA, 2013, p. 492).

A partir disso, desenvolvemos nossas reflexões sobre as possíveis causas do silenciamento e do ocultamento do tema no cotidiano do ensino médio integrado.

Dez estudantes compõem o quadro de participantes da prática educativa, caracterizada pela produção de história em quadrinho (Tabela 1). Os estudantes foram identificados considerando os marcadores sociais de gênero, sexualidade e raça e/ou etnia. Quanto à identidade de gênero e orientação sexual, duas estudantes identificaram-se como mulheres cisgêneras bissexuais, e um estudante homem cisgênero bissexual. Dois estudantes declararam-se homens cisgêneros heterossexuais e cinco estudantes declararam-se mulheres cisgêneros heterossexuais. Quanto ao marcador social raça/etnia, quatro estudantes declararam-se brancas/os, e seis declaram-se negras/os.

---

3 Instituto Federal de Sergipe (IFS) – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense (Campus Venâncio Aires) – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Campus Porto Alegre) – 01 dissertação.

**Tabela 1:** Dados dos participantes da pesquisa – estudantes.

Participantes	Identidade de Gênero e Orientação Sexual	Raça/etnia	Idade
E1	Mulher cisgênera bissexual	Branca	18
E2	Mulher cisgênera bissexual	Negra	18
E3	Homem cisgênero heterossexual	Branco	18
E4	Homem cisgênero bissexual	Branco	18
E5	Mulher cisgênera heterossexual	Branca	18
E6	Mulher cisgênera heterossexual	Negra	18
E7	Mulher cisgênera heterossexual	Negra	18
E8	Mulher cisgênera heterossexual	Negra	18
E9	Mulher cisgênera heterossexual	Negra	18
E10	Homem cisgênero heterossexual	Negro	18

Fonte: Questionário março / 2020.

Questionados sobre o interesse em participar das atividades de produção de história em quadrinho, as/os estudantes manifestaram que é uma oportunidade de desenvolverem suas habilidades com o desenho além de discutir a temática gênero e sexualidade.

Sobre esse tema, é importante registrar que todos os dez estudantes que responderam ao formulário afirmaram que a temática é discutida somente no segundo bimestre do 2º ano no componente curricular de Sociologia (eixo comum) e que nas disciplinas de base técnica (eixo profissional), o assunto não é abordado.

Outro ponto referenciado diz respeito à participação dos estudantes em atividades sobre gênero e sexualidade durante sua trajetória escolar. Todos responderam que nunca participaram.

A aplicação de questionário junto a dois professores do eixo profissional e uma gestora da EETEPA – ICOARACI – CACAU (Tabela 2) teve como objetivo compreender o que se revela e desvela nas narrativas dos professores sobre gênero e sexualidade no cotidiano escolar e seus efeitos sobre as identidades LGBTI+.

**Tabela 2:** Dados dos participantes da pesquisa – professores.

Participantes	Identidade de Gênero e cor/raça	Cargo/Função	Área de atuação	Tempo de atuação na educação
P1	Mulher cisgênera negra	Gestora	EPT	+ de 10 anos
P2	Homem cisgênero pardo	Professor	EPT	+ de 03 anos
P3	Homem cisgênero pardo	Professor	EPT	+ de 03 anos

Fonte: Questionário Março/2020.

Cabe ressaltar que a orientação sexual dos professores não foi declarada, o que reitera, em nosso entendimento, o apagamento da própria diversidade sexual entre os docentes, além de reiterar o falso caráter de universalidade e poder da heteronormatividade, que silencia sobre a sexualidade dos trabalhadores da educação.

Todos os professores concordam com a importância do debate sobre gênero e sexualidade no cotidiano escolar, entretanto os dois professores do eixo profissional relataram que os temas não são debatidos em nenhum dos componentes desse eixo.

P2 considera que o debate em sala de aula pode ajudar no combate ao preconceito instalado no “sistema”, pois de acordo com o participante, muitas vezes por falta de informações, o praticante do preconceito reproduz um discurso arraigado na sociedade. Já o respondente P3 menciona a possibilidade de garantia de direitos e igualdade de gênero, o enfrentamento à violência contra mulheres e respeito às diferenças e combate a LGBTIfobia.

Sobre a questão de situações de preconceito e discriminação no espaço escolar, P1 e P2 relataram ter presenciado situações de brincadeiras de péssimo gosto ou comentários como “tu é gay é mano?”, na tentativa de ofender. P3 respondeu não ter presenciado nenhuma situação de preconceito ou discriminação, entretanto na pergunta aberta, quando solicitado que mencionasse uma situação como exemplo, respondeu que presenciou uma situação em que um estudante tentou constranger outra estudante com uma brincadeira sobre bissexualidade.

Sobre a percepção de como a EETEPA – ICOARACI – CACAU contribui para a inserção de estudantes LGBTI+ com qualidade no mundo do trabalho, P1 respondeu que “a escola procura orientar e incentivar os alunos para estudarem e ser alguém na vida”; para P2 “a escola repudia qualquer forma de agressão a integridade física e psicóloga da comunidade homo, deixando o espaço para eles em atividades culturais”

e P3 considera que não há esse critério e esse debate na escola como instituição, porém há iniciativas isoladas por parte do corpo docente.

Foi realizada entrevista com um quarto participante<sup>4</sup>, P4, que relata ser preciso debater mesmo as questões de gênero e sexualidade e desconstruir a imagem que as pessoas criaram sobre o curso de informática ser um curso de meninos e o curso de design um curso de meninas. De acordo com o entrevistado, estes estereótipos se revelam nas “brincadeiras” dos estudantes quando estes apontam que no curso de design “só tem viado”.

P4 relata que “as vezes você vê uma sala do curso de informática cheia de meninas, o que não é comum” e denomina de “interessante” o fato de em 2019, as novas turmas de informática ser composta em sua maioria de estudantes mulheres o que para ele, caracteriza um desafio por ser normalmente uma área dominada por homens.

Em relação ao desenvolvimento de atividades sobre gênero e sexualidade, o entrevistado relata que são pontuais e pontuou a iniciativa de uma professora de inglês em que o foco foi assédio e centrou em uma problemática sofrida pelas mulheres. A atividade foi desenvolvida por ocasião da comemoração do dia das mulheres e contava com a participação das estudantes em rodas de conversa.

Ao observar um dos momentos da atividade, o entrevistado se disse muito impressionado ao perceber as próprias meninas, estudantes, relatando suas vivências e seus medos, sobre o assédio cotidiano, pelos quais passam, e que na sua “postura de homem na sociedade”, não tinha conseguido observar e mencionou um momento marcante da atividade desenvolvida pela professora:

[...] quando as meninas falaram, vocês não sabem o horror que eu tenho de passar aqui na feira, né e eu achei assim, uai, mas a feira, a feira é o caminho de vir pra escola, porque? Porque quando ela passa na feira, os homens: psiu, psiu,psiu, os homens mexendo, justamente, agredidas, violadas e achei super legal que [...] além disso uma outra menina disse assim, vocês não sabem o que o medo de ser estuprada! É vinte quatro horas! Não é lisonjeiro você vim e um cara dizer Ah! te chamar de gostosa de bonita, e eu falei é, é agressivo mesmo, mas eu não tinha visto na perspectiva das meninas falando sabe [...] Entrevista abril/2009.

Uma das pautas da entrevista focou na percepção dos estudantes LGBTI+ pela comunidade escolar, P4 afirma que a escola tem a tradição de receber muito “esse público aí” em função mesmo do estigma do curso de design, no entorno da comunidade escolar, mas ressaltou que esse comportamento vem mudando.

Em relação à presença de estudantes que identificam com umas das identidades LGBTI+, relatou que nunca ocorreu nenhum “problema” quanto à convivência entre os estudantes no cotidiano escolar, mas destaca que o difícil é lidar com a intolerância dos pais, que não estão preparados para seus filhos, sendo muito

---

4 O participante foi convidado a preencher o formulário de auto-identificação, entretanto não respondeu à solicitação.

comum, casos de os pais procurarem a escola para pedir que intervenham nos relacionamentos dos filhos quando descobrem o envolvimento de filhas com meninas ou filhos com meninos.

Pontuamos um relato do entrevistado sobre uma conversa entre ele e um estudante, nas palavras do entrevistado, “gay assumido, inclusive travestido né, ele se monta”. Do diálogo entre estes dois sujeitos, destacamos o seguinte trecho:

P4: Ele (o estudante) disse: deixa eu te perguntar um negócio, que eu ouvi falar.

(P4) eu falei: o que que foi?

Estudante: Eu ouvi falar que você tava comentando com outro aluno, no corredor, e aí um aluno passou e disse que você falou que eu sou um traveco.

P4: Eu falei não, não falei, se eu tivesse falado, eu tinha te dito, *eu* falei que você é mais “babado que o outro”.

Sobre este diálogo, P4 relatou que tem na escola um *outro* estudante, que é gay, “mas é mais quieto”, se comparado ao estudante que expressa e vivencia a orientação sexual de maneira mais aberta e declarada. P4, é professor de Filosofia, no momento da entrevista, encontrava-se na função de gestor da unidade educacional.

Sobre a presença de estudantes LGBTI+ no cotidiano escolar, P4 relata que é uma questão de saber tratar essa diversidade que chega na escola, e compreende como uma função de orientação. Segundo ele,

nós como educadores temos que ter esse papel, de estudar, de ler, de 11tigma11r se orientar, pra justamente dar suporte. Muitos desses jovens tem problemas 11tigma11rs, tem problema de aceitação, tem problema de 11tigma, e assim, não vai ser aqui que a gente vai criar uma barreira, muito pelo contrário, aqui a gente vai tentar... tanto é que eles se sentem muito à vontade, compreender e se sentir à vontade, e viver, viver, ter sua vida, independente de qualquer situação, que é função da escola, independente de quem seja, de orientação, de visão, A gente tem como escola oportunizar, e mais, que é um desafio, não só oportunizar, mas inserir no mundo do trabalho. P4 (entrevista abril/2019).

Percebemos, de maneira recorrente, o discurso da igualdade no tratamento em relação aos estudantes. Entretanto, sabemos que cada estudante é uma pessoa diferente, com suas especificidades, expectativas de vida e desejo diferentes. Faz-se necessário reconhecer positivamente a especificidade dos estudantes LGBTI+ para o desenvolvimento de uma educação para a diversidade em igualdade de direitos.

Além dos formulários e entrevista, fizemos a leitura do Projeto Político e Pedagógico (PPP) e o Plano de Curso de Design de Interiores, tendo em vista identificar a concepção de educação que a escola desenvolve e estabelecer relação com a temática pesquisada.

A presença de uma adolescência falante, dos grupinhos, característicos dessa fase de desenvolvimento da vida, no cotidiano escolar, contrasta com as tentativas de padronização, e homogeneização, que se estabelecem através dos documentos que normatizam e regulamentam, as obrigações, direitos e deveres, e por dentro destes, os comportamentos, dos sujeitos que dão sentido para a existência de uma instituição educacional.

Justificada pela necessidade de organização do ambiente escolar, a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar, é instituída no PPP da EETEP – ICOARACI – CACAU, que assim regulamenta e normatiza esse aspecto da vida dos estudantes:

As regras sobre o uso de trajes no interior da escola, justifica-se pelo dever de “nas dependências da escola, ser utilizados trajes condizentes ao ambiente”. Neste sentido de acordo com o PPP, “devem ser evitados bermudas, chinelos, camisetas sem mangas bem como roupas curtas (vestidos, shorts, bermudas, saias) e decotadas (camisas, vestidos e etc.). “A Escola tecnológica é o espaço para a formação e o preparo para o mundo de trabalho” (PPP 2018-2021, p. 3).

A padronização e a uniformização expressas nos documentos oficiais da escola, foram observadas tanto no cotidiano, da unidade educacional, quanto na narrativa do participante P4, este aspecto pode revelar explicitamente as regras e as normas que se inscrevem nas expressões dos corpos dos estudantes em movimento no ambiente escolar.

Ainda que de maneira oculta, invisibilizada, a percepção sobre quem ousa não reconhecer e transgredir esses dispositivos de controle, é identificado e rotulado como “gay mais babado”. Quem assume “com discrição” sua orientação sexual, e se comporta de maneira mais contida, ainda que reconhecido, parece não incomodar o *status quo*.

Esse é um dos mecanismo pelos quais o poder age sobre os corpos, objetivando sua normalização no padrão heteronormativo e cisnormativo, por meio da qual, por exemplo, no ensinamento de Junqueira (2013), determinadas orientações sexuais e identidades de gênero, especificamente a heterossexualidade e a cisgeneridade, são arbitrariamente eleitas e naturalizadas como parâmetros na avaliação e na subalternização das demais, particularmente a homossexualidade, a bissexualidade e a transgeneridade.

A concepção de educação defendida no PPP da EETEP – ICOARACI – CACAU, em alguns momentos apresenta contradições entre o que é vivido e

experenciado no cotidiano do espaço escolar, ao considerarmos o trabalho como princípio educativo como estruturante da formação humana integral.

O primeiro aspecto observado, diz respeito à missão institucional da escola descrita no texto do PPP 2018-2021: “educar para o mundo do trabalho e para a vida; “Gerar mão – de – obra” significativa que possa ser inserida qualitativamente no mundo do trabalho”, citação expressa no contexto do Projeto Aprender Mais:

o mundo moderno anseia por profissionais preparados para o mercado do trabalho e para o exercício da cidadania, não mais a formação para um posto de trabalho, que prepare o homem "executor de tarefas". A educação profissional forma, o trabalhador pensante e flexível, para o mundo das tecnologias avançadas (PPP 2018-2021 EETEP-ICOARACI-CACAU).

O trabalhador flexível, adaptado às novas exigências do modo de produção capitalista, coaduna-se aos princípios da pedagogia das competências, descritas como comportamentos esperados em situações de trabalho. Sob esse ideário, CIAVATA & RAMOS (2011, p.30) destacam que “preparar para a vida significaria desenvolver nas pessoas competências genéricas e flexíveis, de modo que elas pudessem se adaptar facilmente às incertezas do mundo contemporâneo”.

Ciavata e Ramos (2011, p. 33) enfatizam que na travessia acidentada no ensino médio integrado à educação profissional, por vezes o que se percebe é a transformação do ensino médio em profissionalizante “visando à preparação de jovens para um possível ingresso imediato no mercado de trabalho como alternativa ao prosseguimento de estudos no nível superior”. As autoras não desconsideram a importância da profissionalização dos jovens, entretanto evidenciam as políticas de profissionalização notadamente de cunho economicista e pragmático, sem o compromisso ético-político com a transformação da sociedade.

O ensino profissionalizante, quando desenvolvido com foco no mercado, de acordo com Frigotto (2007), aliena o potencial de transformação das pedagogias de base social, que tem a “[...] função de desenvolver nos estudantes a capacidade de agir crítica e conscientemente e de adaptar à realidade às suas necessidades e não o oposto [...]” (ARAÚJO, FRIGOTTO, 2015, p. 73).

Considerando a realidade do mundo do trabalho para as pessoas travestis, transexuais ou transgêneros, reitera-se necessário discutir de maneira crítica a formação de estudantes LGBTI+ no ensino médio integrado tendo em vista a inserção com qualidade no mundo do trabalho: de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90%<sup>5</sup> das travestis e transexuais estão fora do mercado de trabalho formal.

---

5 Fonte: Projeto de Lei de autoria do vereador Fernando Carneiro/PSOL em discussão na Câmara Municipal de Belém.

Militantes do movimento LGBTI+ atuante em Belém, organizadas em torno da Organização Não Governamental OLIVIA, desenvolvem atividades nas dependências da Universidade Federal do Pará, e revelam a gravidade dessa informação, justificando a pressão por uma ação efetiva por parte do poder público que contribua para a diminuição da discriminação no mundo do trabalho por conta da identidade de gênero e garanta condições de empregabilidade dignas para pessoas trans. De acordo com a narrativa das militantes:

É mais difícil ser trans do que ser gay ou lésbica porque externamos nossa identidade...não adianta levar para as ruas o discurso da empregabilidade se não tem projetos de empregabilidade para pessoas trans. como será o futuro das pessoas trans? Questões como aposentadoria, moradia?” (Roda de Conversa ONG Olivia/UFGA).

A gente não quer só emprego, mas a qualidade do trabalho (Roda de Conversa ONG Olivia/UFGA).

Depois de dez anos no subemprego, consegui um trabalho de carteira assinada, direitinho, com todos os direitos (Roda de Conversa ONG Olivia/UFGA).

A ação política do movimento LGBTI+, foi questionada na roda de conversa, as militantes manifestaram incômodo com a característica de “oba oba” – fala das protagonistas – nos atos das paradas LGBTI+:

não adianta subir num trio elétrico e gritar por empregabilidade para as pessoas trans, se não cobrar projetos para a empregabilidade. Onde estão essas pessoas (as que se fazem presentes no dia do orgulho LGBT) na hora do enfrentamento? (Roda de Conversa ONG Olivia/UFGA).

Para Araújo e Frigotto (2015), é justamente o compromisso com a transformação social, que diferencia os projetos de educação das pedagogias de base social, como o ensino médio integrado, que tem o trabalho como princípio educativo, dos projetos de educação fundamentado nas pedagogias de cunho liberal, estruturado a partir de competências e habilidades. No contexto das pedagogias de cunho liberal, o foco é o mercado de trabalho, dessa forma, o ensino profissionalizante é utilizado como “instrumento pedagógico”, de especialização técnica da mão de obra, e os estudantes meros objetos dessa “profissionalização”.

Sobre a organização de atividades planejadas, pensando na orientação de estudantes LGBTI+ e o mundo do trabalho, todos os estudantes que fazem parte da atividade de produção da história em quadrinho, responderam que nunca participaram de nenhum debate, palestra ou discussão relacionados ao tema, e por não terem conhecimento de nenhum tipo de preconceito ou discriminação por conta da

orientação sexual, entendem que a escola trata igualmente a todos, e por isso já contribui para a inserção com qualidade no mundo do trabalho.

A análise dos dados confirmam a quase ausência da discussão do tema sexualidade no ensino médio integrado, e pouco conhecimento sobre os direitos das pessoas LGBTI+ na abordagem cultural e humanista. Tanto os participantes na categoria estudantes quanto os participantes na categoria professores, evidenciaram dúvidas em relação aos conceitos de gênero, identidade sexual e de gênero, pessoas cisgêneras e transgêneras.

Outro aspecto analisado, diz respeito a predominância do viés biologizante e higienista nos debates sobre os temas, percebi também a maneira “descompromissada” da abordagem sobre um tema tão importante para a efetivação de uma educação inclusiva e com respeito à diversidade.

Ao acompanhar uma professora<sup>6</sup> de Sociologia durante uma aula na turma do curso Design de Interiores, para incentivar a participação das/dos estudantes na prática educativa e no desenvolvimento da pesquisa, a professora inseriu a discussão sobre gênero e sexualidade.

Característico do tabu que envolve a abordagem sobre os temas em sala de aula, a discussão provocou um frisson entre as/os estudantes, entretanto a professora falou rapidamente sobre respeitar a orientação sexual de cada pessoa, e direcionou a fala para questões como gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis, cuidados com o corpo, e higiene íntima masculina. Percebe-se que quando o assunto é sexualidade, conforme já apontado por César (2009) predomina a abordagem biologizante sobre o tema.

Apesar dos participantes na categoria professores manifestarem-se favoráveis ao desenvolvimento de práticas educativas sobre os temas, foi frequente a referência sobre o “outro”, não se incluindo no debate ou se responsabilizando sobre ele. Durante a permanência na escola, foi possível perceber contradições entre o discurso e a prática no tratamento aos estudantes LGBTI+. Referência a um estudante como, “só podia ser coisa de gayzinho mesmo”, denunciam o distanciamento entre o discurso e a prática sobre o reconhecimento e o respeito aos estudantes LGBTI+ no cotidiano escolar.

---

6 A professora foi convidada a responder o formulário enviado pelo *Google Forms*, entretanto não recebemos a devolutiva desse formulário. A referida professora é identificada na escola como evangélica, o que pode ser considerado um fator para a recusa em responder ao formulário. O acompanhamento nas aulas da professora foi negociado em colaboração com a vice-diretora da escola e participante da pesquisa.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As/Os estudantes, por meio das respostas aos formulários, apontam para a ocupação de componentes curriculares específicos para a discussão sobre gênero e sexualidade no currículo oficial, mesmo considerando a transversalidade do tema.

O produto educativo desenvolvido em colaboração com os estudantes do curso técnico de design da EETEP-ICOARACI torna-se relevante na medida em que articulou o componente curricular da base comum (Sociologia) e componentes curriculares do eixo profissional (técnicas de desenho). Atividades organizadas nesta configuração, além de ampliarem o campo de estudo sobre os temas, podem se constituir em resistência diante da possibilidade de retirada da discussão dos temas na educação básica, como ocasionalmente desejam os defensores do projeto escola sem partido.

Embora a escola, nos discursos dos professores e gestores, reconheça e manifeste o direito de todos os estudantes às oportunidades de formação integral e encaminhamento para o mundo do trabalho com qualidade social, fica patente o não-reconhecimento de especificidades da população LGBTI+ nas práticas educativas, no que diz respeito ao acesso com qualidade ao mundo do trabalho.

Sob esse aspecto, pontuamos um fato ocorrido por ocasião da correção da folha de registro de frequência. Como o tempo para os encontros presenciais era muito reduzido, somente uma hora e meia, a folha de frequência foi passada sem se acompanhar a assinatura por estudante. Dias depois, ao se verificar os registros, identificou-se que um dos estudantes assinou o nome social, pelo qual gosta de ser reconhecido, e neste sentido para fins de certificação, uma vez que está matriculado com o nome civil, que lhe foi dado ao nascer, foi organizada outra frequência e orientou-se que todos assinassem novamente. Ao se solicitar o carimbo na folha de registro, a colega professora respondeu:

*“Bem coisa de gayzinho, já falei pra eles que lá fora eles podem ser o que eles quiserem, aqui dentro da escola, é o que está no documento”.*

Ou seja, inclusive ao arrempeço da Lei, que exige o reconhecimento da diversidade de identidades, a escola assume um caráter de “escola-armário” para determinados trabalhadores da educação, na qual os estudantes LGBTI+, deveriam vivenciar identidades fraturadas: uma ao entrar na escola e outra ao sair. Ao entrar, segundo colegas que não se orientam por uma perspectiva inclusiva, deveriam se despir de expressões de gênero que marquem as suas identidades de gênero e orientações sexuais.

Percebe-se que a discussão e o debate sobre gênero e sexualidade na Escola de Ensino Técnico do estado do Pará Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo – CACAU, quando ocorre, é de maneira pontual, e circunscrita a uma determinada atividade ou componente curricular. A inescapável presença de estudantes LGBTI+ é percebida, mas invisibilizada pela tentativa de padronização e uniformização, a partir

do que não é permitido, ou reconhecidos de maneira ainda estigmatizada o que foi percebido através da narrativa do entrevistado.

Infelizmente, esse não é um caso isolado, mas recorrente em diferentes ambientes de aprendizagem, em outras “escolas-armários” Brasil afora, orientadas por heteronormatividade e cisnormatividade.

Entretanto, a disputa por modelos de educação e de sociedade está posto, e conforme foi discutido neste artigo, a aliança entre forças políticas, movimentos sociais, ensino e pesquisa, e práticas educativas, compromissadas com uma formação humana integral, constitui-se em contra-hegemonia às tentativas de apagamento e silenciamento das pessoas LGBTI+, qualquer que seja o espaço de atuação, a escola ou o mundo do trabalho.

Ao educarmos para uma crítica à reprodução impensada de estereótipos de gênero e sexuais, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, na qual mais ninguém precise se preocupar em esconder, às vezes de si mesma, quem ela é, e possa se concentrar em explorar a sua capacidade intelectual e, conseqüentemente, laboral.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Crianças e adolescentes: olhares interdisciplinares para questões do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

ARAUJO, Robenilson Pereira. **Gênero, diversidade sexual & currículo: práticas discursivas e de (não) subjetivação no ambiente escolar**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2016.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1985.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho; CIDADE, Maria Luiza Rovaris; CUNHA, Thiago Colmenero; MATOS, Alfredo Assunção. **Gênero e diversidade na escola: práticas transversais, polifônicas, compartilhadas, inquietas**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Lesbianidades e educação: interrogando a produção acadêmica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 127-145, 2018.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, ISSN: 1808-799X, v. 13, n. 20, p. 206-233, 2015. Disponível em:

<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/497/showToc>. Acesso em: 13 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, p. 67-82, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000400004&script=sci_arttext). Acesso em: 14 ago. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo PSI**, v. 1 n. 2, p. 33-51, 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1371>. Acesso em 21 dez. 2021.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JESUS, Jaqueline Gomes. O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(1), pp. 222-233, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100017>. Acesso em: 21 dez. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Homofobia**: identificar e prevenir. 2ª edição. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. Recomendações para garantir a permanência de crianças e adolescentes LGBTIs na escola. In: A. L. CANTELLI & S. N. B. NOGUEIRA (Orgs.), **Nome social**: a ponta do iceberg (pp. 36-40). Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE [online], 2020. Disponível em <http://observatoriotrans.org/produ%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 21 dez. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC**, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20040/20040.PDF>. Acesso em: 11 ago. 2019.

LIMA NETO, Avelino A. de; CAVALCANTI, Natália C. S. B.; GLEYSE, Jackes. Considerações sobre corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em educação profissional. **BAGOAS** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 19, p. 16-38, 24 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/issue/view/830>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. **Homofobia & educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres / Editora UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista** (Belo Horizonte). N. 46, p.

201-218, dez/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>.

Acesso em: 08 out. 2019

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639>. Acesso em: 11 ago. 2019

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

MACIEL, Patrícia Daniela; GARCIA, Maria Manuela Alves. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230022, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230022.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira. **Corpos em aliança**: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays, afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 11 ago. 2019.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87350459002.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

ROSATO, Tatine Penariol; OLIVEIRA, Ozerina Victor. **Política de currículo, identidades sexuais e performances de gênero**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. **Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia**. Curitiba: CRV, 2018.